

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balanco patrimonial	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da AARIN - Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A. (“Aarin” ou “Instituição”) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

A Aarin é uma instituição de pagamento regulada e especializada em serviços financeiros. Somos mais que uma plataforma de gestão de recebíveis; atuamos como intermediadores de pagamentos no arranjo de Pagamento PIX, oferecendo soluções personalizadas que se alinham perfeitamente com a realidade de cada empresa.

Nossa missão é entregar tecnologia de ponta e operação eficiente, complementada por um atendimento que excede as expectativas dos nossos clientes. Cada detalhe da nossa operação é cuidadosamente construído em conformidade com as regulamentações do BACEN, o que nos permite garantir segurança, agilidade e a mais alta eficiência em todos os serviços que prestamos.

A Administração da Instituição, em colaboração com seus acionistas, tem implementado uma série de estratégias voltadas para o crescimento e a expansão sustentável dos negócios. Entre as iniciativas adotadas para alcançar as metas do plano de negócios, destaca-se o esforço na criação de parcerias estratégicas e aquisições que acelerem esse crescimento de maneira responsável. Além disso, estamos diversificando nossa oferta de produtos, incluindo o lançamento de novos serviços como cartões de crédito e débito, o que reforça nosso compromisso em atender às demandas do mercado e ampliar nossa presença no setor financeiro. Essas medidas estão sendo executadas com o objetivo de consolidar a Instituição como um player de destaque, comprometido com a inovação e o desenvolvimento contínuo.

A Aarin é integrante da Organização Bradesco desde 2022, prestando aos seus clientes atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral. A Instituição possui participação societária na empresa PA. GO - Aperta Tecnologia Financeira Ltda.

A Aarin contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independente de foma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimentos de lucros.

A Aarin agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Aarin – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aarin – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A. (“Aarin” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aarin – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Balanço patrimonial

R\$ mil							
	Nota	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023		Nota	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ativo				Passivo			
Disponibilidades	6	711	597	Depósitos e demais instrumentos financeiros		7.889	22.490
Instrumentos financeiros		32.585	33.179	- Outros passivos financeiros	12	7.889	22.490
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	7a	32.493	25.400	Provisões		8.867	3.511
- Títulos e valores mobiliários	7b	92	7.779	- Obrigações trabalhistas	13	8.714	3.298
				- Passivos contingentes	14	153	213
Investimento em controladas	8	10	555	Outros passivos	15	2.579	13.492
Imobilizado de uso	9	4.430	2.843	Total do passivo		19.335	39.493
Intangível	10	5.134	3.139	Patrimônio líquido			
Depreciações e amortizações		(1.910)	(910)	Capital social	16	88.615	32.015
- Imobilizado em uso	9	(926)	(219)	Reserva de capital		3.201	3.201
- Intangível	10	(984)	(691)	Prejuízos acumulados		(63.267)	(32.111)
Outros ativos	11	6.924	3.195	Total do patrimônio líquido		28.549	3.105
Total do ativo		47.884	42.598	Total do passivo e patrimônio líquido		47.884	42.598

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações do resultado

	Nota	R\$ mil		
		2° Semestre de 2024	Acumulado em 31 de dezembro	
			2024	2023
Receitas de intermediação financeira		38.343	49.660	12.563
Resultado de títulos e valores mobiliários	7c	3.528	5.356	4.598
Receitas de tarifas e similares	17	34.815	44.304	7.965
Despesas de intermediação financeira		(7.180)	(10.161)	(4.804)
Despesa de juros e similares	17	(7.180)	(10.161)	(4.804)
Resultado de intermediação financeira		31.163	39.499	7.759
Outras receitas/despesas operacionais		(43.151)	(70.655)	(30.136)
Despesas de pessoal	18	(25.246)	(42.665)	(18.461)
Outras despesas administrativas	19	(14.157)	(23.312)	(9.873)
Outras receitas e despesas operacionais	20	(1.835)	(2.395)	(847)
Despesas tributárias	21	(1.913)	(2.283)	(955)
Resultado antes de tributos e participações		(11.988)	(31.156)	(22.377)
Prejuízo líquido		(11.988)	(31.156)	(22.377)
Quantidade de ações (unitário)		29.632	29.632	29.632
Prejuízo por ação (em reais)		(405)	(1.051)	(755)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

	2º Semestre de 2024	R\$ mil	
		Acumulado em 31 de dezembro	
		2024	2023
Prejuízo líquido	(11.988)	(31.156)	(22.377)
Resultado abrangente total	(11.988)	(31.156)	(22.377)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	R\$ mil				
	Capital social	Capital Social (em aprovação)	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.015	-	3.201	(9.734)	25.482
Prejuízo do exercício	-	-	-	(22.377)	(22.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	32.015	-	3.201	(32.111)	3.105
Aumento do capital social	-	56.600	-	-	56.600
Prejuízo do exercício	-	-	-	(31.156)	(31.156)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	32.015	56.600	3.201	(63.267)	28.549
Saldos em 30 de junho de 2024	32.015	20.000	3.201	(51.279)	3.937
Aumento do capital social	-	36.600	-	-	36.600
Prejuízo do período	-	-	-	(11.988)	(11.988)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	32.015	56.600	3.201	(63.267)	28.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AARIN – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	R\$ mil		
	2º Semestre de 2024	Acumulado em 31 de dezembro	
		2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre/exercícios	(11.988)	(31.155)	(22.377)
Ajustes ao Resultado Líquido:			
Depreciação e amortização	542	1.000	449
Outros ajustes	143	158	212
Varição nos ativos e passivos operacionais			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	11.312	(7.093)	(25.400)
Outros ativos	14.302	(3.248)	(3.317)
Depósitos e demais instrumentos financeiros	(52.378)	(16.296)	17.067
Obrigações Trabalhistas	2.859	4.973	1.854
Outros passivos	(10.495)	(8.922)	10.985
Caixa líquido provenientes nas atividades operacionais	(34.400)	(30.586)	1.189
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários	702	7.689	1.533
Aquisição de imobilizado	(758)	(1.594)	(2.400)
Aquisição de intangível	(2.007)	(2.007)	-
Alienações de imobilizado	2	9	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(2.061)	4.097	(867)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital social	36.600	56.600	20.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	36.600	56.600	20.000
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(11.164)	114	(1.394)
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	11.875	597	1.991
Caixa e equivalentes de caixa – final do período	711	711	597
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(11.164)	114	(1.394)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

1 Contexto operacional

A AARIN - Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de pagamento S.A. (“Aarin” ou “Instituição”), é uma instituição de pagamento, emissora de moeda eletrônica, fundada em 2021 e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme publicação no DOU de 20 de outubro de 2023, sendo uma plataforma de gestão de recebíveis atuando como intermediador de pagamentos no arranjo de Pagamento PIX.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

Continuidade operacional

A Administração da Instituição em conjunto com seus acionistas tem colocado em ação uma série de medidas visando o direcionamento para o crescimento e expansão de seus negócios. Dentre as medidas para atingimento do plano de negócio, pode-se destacar o trabalho na elaboração de parcerias e aquisições para acelerar o seu crescimento de forma sustentável.

Apesar de apresentar prejuízo fiscal, considerando o contexto e o papel estratégico que a entidade possui para o Grupo, a Instituição conta com o suporte financeiro do seu controlador (Organização Bradesco) o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a entidade terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que considera a liquidação de suas obrigações no curso normal das atividades.

2 Apresentação da Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme previsto pela Resolução BCB nº 2/20, e as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, semestralmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor recuperável dos ativos intangíveis e provisões cíveis. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 19 de março de 2025.

3 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Instituição atua que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais.

b) Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, contados da data da aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Essas aplicações são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Rendas a Receber

São representados pelos valores a receber de clientes, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. São registradas também as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a destes títulos, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

e) Títulos e valores mobiliários – Classificação

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantido até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Investimentos em empresas controladas

Os investimentos em empresas controladas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para “Sistema de Processamento de Dados” e “Aparelhos de Refrigeração”; e, 10% a.a. para as demais contas. O intangível está representado por “Software” sendo amortizado a taxa de 20% a.a.

h) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são analisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável.

i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

O imposto de renda da Instituição e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados, quando aplicável, com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pelo CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

l) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

m) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4 Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, e de liquidez e operacional.

5 Uso de Estimativas e Julgamentos

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

6 Caixa e Equivalentes de Caixa

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Disponibilidades em moeda nacional	711	597
Total de disponibilidades	711	597

7 Instrumentos Financeiros

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023
	1 a 30 dias	Total	
Aplicações interfinanceiras de liquidez - LTN	-	-	25.400
Conta Correspondente a Moeda Eletrônica (CCME)	32.493	32.493	-
Total	32.493	32.493	25.400

b) Títulos e Valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os títulos e valores mobiliários foram classificados como “disponíveis para venda”, composto pelos saldos apresentados abaixo:

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023	
	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Valor de custo atualizado
Disponível para venda					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	11	11	11	6.371	6.371
Certificados em Depósitos Bancários – CDB Investfácil (Nota 20)	81	81	81	1.408	1.408
Total	92	92	92	7.779	7.779

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

c) Resultado com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil		
	2º Semestre de 2024	Acumulado em 31 de dezembro	
		2024	2023
Resultados de aplicações interfinanceiras de liquidez	3.517	5.345	4.598
Resultados de títulos e valores mobiliários	11	11	-
Total	3.528	5.356	4.598

8 Investimentos em controladas

R\$ mil								
Sociedade	Capital Social	Patrimônio Líquido	Quantidade de Ações/Cotas possuídas	Participação no capital social - %	Investimentos		Resultado de Equivalência Patrimonial	
					2024	2023	2024	2023
PA. GO Apitera Tecnologia Financeira Ltda	562	10	562.000	100%	10	555	(5)	(548)
Total em 31 de dezembro					10	555	(5)	(548)

9 Imobilizado de uso

	R\$ mil				
	Taxas de depreciação	Custo	Depreciação	Custo Líquido de Depreciação	
				Em 31 de dezembro 2024	Em 31 de dezembro 2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.939	(404)	1.535	1.593
Equipamentos de informática	20%	2.298	(498)	1.800	929
Máquinas e equipamentos	10%	190	(23)	167	99
Equipamentos de comunicação	20%	3	(1)	2	3
Total em 31 de dezembro de 2024		4.430	(926)	3.504	
Total em 31 de dezembro de 2023		2.843	(219)		2.624

10 Intangível

	R\$ mil				
	Taxa	Custo	Amortização	Custo Líquido de Amortização	
				Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Softwares	20% (1)	5.134	(984)	4.150	2.436
Marcas e Patentes		-	-	-	12
Total em 31 de dezembro de 2024		5.134	(984)	4.150	
Total em 31 de dezembro de 2023		3.139	(691)		2.448

(1) A taxa majoritária para amortização é de 20%, entretanto há variações de acordo com a vida útil pré-definida para cada parte do software desenvolvido.

11 Outros Ativos

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Rendas a receber (1)	2.643	165
COFINS a compensar sobre serviços	1.152	1.090
Adiantamentos de salário	412	10
Adiantamentos a fornecedores	599	198
IRRF a compensar sobre aplicações financeiras	498	348
IRRF a compensar sobre serviços	399	48
Antecipação de despesas	686	157
CSLL a compensar sobre serviços	266	32
PIS a compensar sobre serviços	262	237
Bloqueios judiciais (2)	9	7
Outros créditos (3)	-	903
Total	6.924	3.195

(1) Os valores são faturados com prazo médio de 30 dias para recebimento. (2) Refere-se a depósitos judiciais relacionados a processos cíveis. (3) Referem-se aos valores recebidos de seus clientes, via PIX, repesado dos dias 29 e 30 de dezembro, sendo sua compensação realizada no primeiro dia útil subsequente.

12 Outros passivos financeiros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Recursos de terceiros (1)	7.889	22.490
Total	7.889	22.490

(1) Saldo de recursos de terceiros depositadas em contas de pagamento pré-paga, custodiadas pela Instituição.

13 Obrigações Trabalhistas

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Provisão de despesa com pessoal	8.714	3.298
Total	8.714	3.298

14 Provisões, ativos e passivos contingentes

a. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b. Provisões classificadas como perdas prováveis

A companhia está discutindo judicialmente a legalidade de alguns processos de natureza cível decorrentes do curso normal de suas atividades.

A provisão foi constituída com base na avaliação do risco realizada pela Administração e por seus assessores jurídicos, para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Os valores provisionados são considerados adequados para cobrir as possíveis saídas de recursos necessárias para a liquidação dessas eventuais perdas.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, levando em conta a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Cíveis	153	213
Total	153	213

II - Movimentação das provisões

Em 31 de dezembro de 2024, a movimentação do saldo das provisões para ações judiciais encontra-se demonstrado a seguir:

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2023	Atualização Monetária	Constituições líquidas de (reversões e baixas)	Pagamentos	Em 31 de dezembro de 2024
Cíveis	213	20	(49)	(31)	153
Total	213	20	(49)	(31)	153

c. Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

Existem processos cíveis classificados como risco de perda possível pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$ 2.383 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 245 em 31 de dezembro de 2023, respectivamente.

15 Outros Passivos

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	2.270	11.147
ISS sobre faturamento a recolher	52	106
CSRF sobre serviços a recolher	16	6
IRRF sobre serviços a recolher	5	2
IOF sobre serviços a recolher	-	3
Outras obrigações	236	2.228
Total	2.579	13.492

16 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Instituição em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 32.015 (Em 31 de dezembro de 2023 –R\$ 32.015), representado por 29.632 (Em 31 de dezembro de 2023 – 29.632) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 23 de fevereiro de 2024, foi realizada a integralização de R\$ 10.000, correspondente à primeira parcela do montante total de R\$ 20.000, conforme decidido na AGE de 29 de julho de 2022. O segundo aporte, no valor de R\$ 10.000, foi realizado em 29 de maio 2024. Este aumento de R\$ 20.000 encontra-se em homologação na JUCESP.

Em 28 de agosto de 2024, foi celebrado instrumento de adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 10.000 (dez milhões de reais) na Companhia. Quando da conversão dos valores aportados como 3º AFAC em aumento de capital social da Companhia, as Partes deliberarão sobre a quantidade e preço das novas ações a serem emitidas no referido aumento de capital, de acordo com o disposto no acordo de acionistas da Companhia e no artigo 170, § 1o, II da Lei das Sociedades por Ações. Este aumento de R\$ 10.000 encontra-se em homologação na JUCESP.

Em 30 de dezembro de 2024, foi realizado a integralização de R\$ 26.600, correspondente à aumento do capital social, conforme reunião de AGE da Instituição realizado via aporte em moeda corrente do país, mediante a emissão de 358.081 (trezentas e cinquenta e oito mil e oitenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de aproximadamente R\$ 74,28 (setenta e quatro reais e vinte e oito centavos). Este aumento de R\$ 26.600 encontra-se em homologação na JUCESP.

b. Política de dividendos

Conforme disposição estatutária da Instituição, dos lucros apurados no exercício, serão descontados os prejuízos acumulados. Do saldo remanescente, 5% será destinado para reserva

legal, limitada a 20% do capital social. Após efetuados os ajustes previstos em Lei para a constituição da reserva legal, a Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do saldo do lucro líquido, mediante proposta da administração e de opinião prévia do Conselho Fiscal, se instalado, observados os orçamentos de capital da Instituição devidamente aprovados e as disposições legais aplicáveis.

c. Lucro por ação

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo obrigatório e mínimo equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício.

A Instituição possui apenas ações ordinárias e não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

O resultado por ação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Prejuízo líquido	(31.155)	(22.377)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)		
Utilizadas na apuração do lucro por ação	29.632	29.632
Prejuízo por ação - R\$	(1.051)	(755)

17 Resultado de intermediação financeira

	R\$ mil		
	2° Semestre de 2024	Acumulado em 31 de dezembro	
		2024	2023
Resultado de títulos e valores mobiliários	3.528	5.356	4.598
Receita de tarifas e similares	34.815	44.304	7.965
Total	38.343	49.660	12.563

	R\$ mil		
	2° Semestre de 2024	Acumulado em 31 de dezembro	
		2024	2023
Despesa de juros e similares	(7.180)	(10.161)	(4.804)
Total	(7.180)	(10.161)	(4.804)

18 Despesas com pessoal

	2º Semestre de 2024	R\$ mil	
		Acumulado em 31 de dezembro	
		2024	2023
Salários e demais proventos	14.207	23.819	10.352
Encargos Sociais - INSS	4.470	7.253	3.111
Benefícios	2.983	5.983	2.585
Remuneração da diretoria	2.211	3.370	1.454
Encargos Sociais - FGTS	1.375	2.240	959
Total (1)	25.246	42.665	18.461

(1) O aumento nas despesas com pessoal é devido às novas contratações realizadas. Essa variação teve impacto direto na folha de pagamento, refletindo as despesas adicionais associadas aos novos colaboradores.

19 Outras despesas administrativas

	2º Semestre de 2024	R\$ mil	
		Acumulado em 31 de dezembro	
		2024	2023
Serviços de terceiros (1)	3.486	5.828	2.968
Manutenção de escritório (3)	722	1.430	1.126
Taxas e tributos	476	620	117
Despesas de processamento de dados	174	335	66
Despesas de tecnologia (2)	6.031	9.544	3.417
Outras despesas administrativas	3.268	5.555	2.179
Total	14.157	23.312	9.873

(1) Os principais fatores responsáveis pelo aumento da rubrica referem-se ao maior investimento em atividades terceirizadas de apoio em desenvolvimento, apoio jurídico, contábil, consultoria de segurança cibernética e ferramentas de validação cadastral. (2) O aumento refere-se, substancialmente, a aquisição e manutenção de serviços de *Cloud* na *Amazon Web Services*. (3) Refere-se ao custo de manutenção das sedes administrativas em Salvador e São Paulo, incluindo aluguel, condomínio, despesas de manutenção predial e demais facilidades para desempenho das atividades diárias.

20 Outras receitas e despesas operacionais

	2º Semestre de 2024	R\$ mil	
		Acumulado em 31 de dezembro	
		2024	2023
Outras receitas operacionais(1)	1.835	2.395	847
Total	1.835	2.395	847

(1) Seus principais movimentos referem-se à descontos financeiros obtidos, juros ativos, outras rendas operacionais, despesas com antifraude, comissões e outras despesas operacionais.

21 Despesas tributárias

	2º Semestre de 2024	R\$ mil	
		Acumulado em 31 de dezembro	
		2024	2023
Imposto sobre serviço - ISS	907	1.113	250
Cofins	833	971	579
PIS	173	199	126
Total	1.913	2.283	955

22 Transações com Partes Relacionadas (diretas e indiretas)

As principais transações da Instituição com partes relacionadas resumem-se a: conta corrente, títulos e valores imobiliários, plano de saúde, seguro de vida e captações e advocatícias. A Instituição não possui benefícios pós-emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil							
	Controladas (1)		Controlador (2)		Coligadas (3)		Pessoal - Chave da Administração (4)	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	80	302	-	-	-	-
Disponibilidade - Banco Bradesco S.A.	-	-	80	302	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros	-	-	81	1.409	-	-	-	-
Títulos e Valores Imobiliários - Banco Bradesco S.A.	-	-	81	1.409	-	-	-	-
Valores a receber por empréstimos	10	555	-	-	-	-	-	-
PA. GO Apitera Tecnologia Financeira Ltda	10	555	-	-	-	-	-	-
Passivo								
Obrigações por empréstimos	-	-	-	10.359	-	-	-	-
Bradesco Holding de Investimentos S.A. ("BHI")	-	-	-	10.359	-	-	-	-
Outras obrigações	1	-	-	-	256	109	5	5
Valores a pagar - Fornecedores diversos	1	-	-	-	256	109	5	5
Valores a pagar - PA. GO Apitera Tecnologia Financeira Ltda	1	-	-	-	-	-	-	-
Valores a pagar - Bradesco Saúde S.A.	-	-	-	-	247	107	-	-
Valores a pagar - Bradesco Vida e Previdência	-	-	-	-	9	2	-	-
Valores a pagar – Sociedade de Advogados Rego, Sampaio e Andrade	-	-	-	-	-	-	5	5

	Acumulado em 31 de dezembro -R\$ mil							
	Controladas (1)		Controlador (2)		Coligadas (3)		Pessoal - Chave da Administração (4)	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Resultado								
Outras despesas administrativas	-	-	(1.226)	(168)	(1.917)	(632)	(69)	(62)
Despesas - Plano de Saúde - Bradesco Saúde S.A.	-	-	-	-	(1.874)	(621)	-	-
Despesas - Seguro de vida - Bradesco Vida e Previdência	-	-	-	-	(43)	(11)	-	-
Despesas – Advocatícias – Soc. de Adv. Rego, Sampaio e Andrade	-	-	-	-	-	-	(69)	(62)
Juros e AM - Empréstimos - Bradesco Holding de Inves. S.A. ("BHI")	-	-	(1.226)	(168)	-	-	-	-

Outras receitas operacionais	-	-	21.697	2.600	8.238	199	-	-
Receitas - Banco Bradesco S.A.	-	-	13.697	2.600	-	-	-	-
Receitas - E-Agro Gestão para o Agronegócio	-	-	-	-	238	199	-	-
Receitas - Bradesco Administradora de Consórcios Ltda	-	-	-	-	8.000	-	-	-

- (2) Empresa controlada direta pela Aarin – Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.
- (3) O Banco Bradesco S.A. é a entidade controladora final da instituição e Bradesco Holding de Investimento S.A. (“BHI”) é a entidade controladora indireta.
- (4) Empresas ligadas Bradesco Saúde S.A. e Bradesco Vida e Previdência
- (5) Membros do Conselho de Administração e Diretoria

➤ Remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$ 3.400 (R\$ 1.488 em 31 de dezembro de 2023). Esse valor foi registrado na rubrica de “Despesa de pessoal” e inclui somente os benefícios de curto prazo.

23 Outras Informações

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, não houve resultados não recorrentes para os períodos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores apresentados foram apenas com resultados recorrentes.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

(i) Classificação e Mensuração - Ativos Financeiros

As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 trazem um novo tratamento para classificação e mensuração de ativos financeiros, no qual a entidade deve fundamentar no modelo de negócio que reflita como a Organização gerencia os seus ativos, com o objetivo de gerar fluxos de caixa e o Teste SPPJ, que avaliará as características dos fluxos de caixa e orientará na classificação dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros serão classificados em uma das três categorias de mensuração descritas a seguir:

- **Custo amortizado:** Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento do principal e juros em datas especificadas. Estes ativos são ajustados por qualquer expectativa de perda de crédito.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais para venda, os quais representam somente o pagamento de principal e juros. Alterações no valor justo destes ativos são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento de impairment, receita de juros, dividendos e variação cambial que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício (exceto variação cambial relativo a instrumentos patrimoniais nos quais a instituição tenha utilizado a faculdade prevista nos artigos nº 6 das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23).
- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Ativos financeiros que não atendem aos critérios para serem mensurados ao custo amortizado ou VJORA e demais ativos para negociação ou geridos na base do valor justo.

No reconhecimento inicial de instrumentos patrimoniais de outra entidade, não houve designação na categoria valor justo em outros resultados abrangentes. Adicionalmente, no reconhecimento inicial de ativos financeiros, também não houve a designação na categoria valor justo no resultado, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em decorrência da mensuração em bases diferentes de ativos ou passivos, cuja avaliação conjunta faça parte de estratégia já existente no reconhecimento inicial, ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos.

(ii) Provisão para Perda

Em relação a provisão para perdas de crédito as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, estabelecem critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua.

O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais). O novo modelo de perdas esperadas também é aplicável a ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito.

No modelo prospectivo de perdas esperadas os ativos financeiros são divididos em três estágios:

Estágio 1: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 (doze) meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 (doze) meses;

Estágio 2: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e

Estágio 3: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

(iii) Classificação – Passivos Financeiros

As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 definem que:

Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto caso sejam:

I - Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado.

II - Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado.

III - Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro, que devem ser mensurados e reconhecidos conforme os critérios de baixa e da transferência de passivos financeiros.

IV - Compromissos de crédito e créditos a liberar, que devem ser reconhecidos e mensurados considerando os seus respectivos aspectos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

V - Garantias financeiras prestadas, que, após o reconhecimento inicial, devem ser mensuradas pelo maior valor entre:

- a) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
- b) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

(iv) Contabilidade de hedge

Em relação a contabilidade de instrumentos destinados a hedge, a avaliação da efetividade de operações de hedge passa a ser prospectiva, conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco, entretanto aplicação do Capítulo V da Resolução CMN nº 4.966/21, que trata da Contabilidade

de Hedge, teve a sua vigência inicial postergada para 1º de janeiro de 2027, de acordo com a Resolução CMN nº 5.100/23.

(v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de aplicação inicial:

– A Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas) nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025.

A Administração avaliou e concluiu que não houve impactos pela adoção dos critérios contábeis estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23.

c) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

Membros da Administração

Diretora Presidente

Ticiania Cabirta Amorim

Diretor Financeiro

Regis de Souza Nunes

Diretor de Novos Negócios

Thiago Bernardelli de Moraes Chicaroni

Diretor de Operações

Caio Costa Hohlenwerger

Diretor de Tecnologia

Victor Souza Tavares

Diretor Jurídica

Fernanda Rêgo Dias Oliveira

Bruno da Silva Pereira

Contador

CRC/ 1SP296444/O-6